



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Ata do Copom e continuidade da divulgação dos balanços do setor bancário concentram as atenções no Brasil. Nos EUA, serão conhecidos dados do mercado de trabalho

- O Banco Central divulga na terça-feira (5) a Ata da última reunião do Copom, na qual a taxa Selic foi reduzida em 0,25 pp, para 14,50% aa.** O comunicado pós-reunião mostrou maior preocupação com os efeitos da guerra sobre os preços, o que levou a uma revisão para cima das projeções de inflação ao longo de todo o horizonte. Ainda assim, o Comitê decidiu manter o “ciclo de calibração” dos juros, ao apontar que há evidências de desaceleração da atividade em função do nível elevado das taxas de juros. Assim, a Ata será relevante para o mercado avaliar, se mantido o cenário atual, qual o espaço adicional para novos cortes, mesmo que bastante graduais, nas próximas reuniões.
- Em relação à atividade econômica, o IBGE divulga na quinta-feira (7) o resultado da produção industrial de março, que deve apontar crescimento do setor no trimestre.** O consenso do mercado projeta leve queda de 0,1% no mês, depois de uma alta acumulada de 3,0% no primeiro bimestre do ano. Com isso, a indústria deve indicar retomada do crescimento no 1T26, após resultados mais fracos observados no segundo semestre de 2025. Adicionalmente, também tende a reforçar a perspectiva de um bom desempenho do PIB neste início de ano.
- A semana também traz os dados da balança comercial de abril, que deve mostrar um elevado superávit no período.** O consenso de mercado estima superávit de US\$ 10,9 no mês, consideravelmente acima do registrado no mesmo período de 2025 (US\$ 7,6 bi). O resultado deve ser impulsionado pelo crescimento das exportações, com destaque para as vendas de petróleo, em função do aumento dos preços, assim como de itens como milho, soja e carnes. Já as importações devem mostrar desempenho mais contido. O dado será divulgado na quinta (7).
- No setor bancário, o Itaú e o Bradesco dão continuidade à rodada de divulgação dos resultados corporativos referentes ao 1º trimestre de 2026.** O Itaú divulga seu balanço na terça-feira (05), após o fechamento do mercado, com o consenso dos analistas projetando um lucro líquido de R\$ 12,4 bilhões no trimestre, praticamente estável na comparação trimestral (+0,8%), mas com alta de 11,6% em relação ao mesmo período de 2025, mantendo os bons números que a instituição vem apresentando. Já o Bradesco publica seu resultado na quarta-feira (6), com expectativa de lucro líquido de R\$ 6,6 bi, alta de 2,0% no trimestre e de 13,4% na comparação anual, seguindo em trajetória de recuperação. BMG (5), Pine (6), ABC (7) e Inter (7) também divulgam seus balanços ao longo da semana. No geral, o mercado deve seguir atento à qualidade das carteiras, em um contexto de juros elevados e maior nível de endividamento das famílias e empresas. O quadro abaixo traz as datas de divulgação e as projeções do mercado para as instituições de capital aberto no Brasil.

Calendário de Divulgação e Estimativa de Lucro dos Bancos com Capital Aberto para o 1T26

Banco	Data	Estimativa de Lucro Líquido no 1T26 Em R\$ mi	Var. % Trimestral	Var. % Anual
Itaú	05/mai	12.415,4	0,8%	11,6%
BMG	05/mai	121,0	-29,7%	5,2%
Bradesco	06/mai	6.647,4	2,0%	13,4%
Pine	06/mai	122,7	-33,1%	67,0%
ABC	07/mai	263,1	-4,5%	16,6%
Inter	07/mai	401,1	-0,2%	30,8%
BTG Pactual	12/mai	4.583,3	-0,3%	36,1%
Banco do Brasil	13/mai	4.107,0	-28,5%	-44,3%
Nubank	14/mai	-	-	-
Banrisul	14/mai	260,0	-60,4%	7,7%
XP	-	1.358,2	2,0%	9,9%

Fonte: Áreas de RI dos bancos e Bloomberg



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

No âmbito internacional, os desdobramentos do conflito no Oriente Médio seguem no radar dos agentes econômicos. As tensões voltam a subir nesta segunda-feira, após relatos de que dois mísseis atingiram um navio militar dos EUA, após ignorar avisos iranianos. Por ora, os EUA negam o ataque. De toda forma, o preço do barril de petróleo volta a subir, superando a marca de US\$ 110 (tipo Brent) nesta manhã.

Na agenda econômica, destaque na sexta-feira (8) para os dados do mercado de trabalho dos EUA, que devem mostrar certa acomodação. Após surpresa positiva em fevereiro, quando foram gerados 178 mil, a expectativa é de um número mais modesto em março, com geração de 65 mil vagas, ainda que suficiente para manter a taxa de desemprego estável em 4,3%.

A semana também trará a divulgação de uma série de indicadores das principais economias mundiais referentes a abril, que devem ajudar a evidenciar com mais clareza os efeitos do conflito sobre a atividade econômica. Serão conhecidos os índices ISM do setor de serviços dos EUA e PMI da Zona do Euro e da China, com expectativa de alguma moderação em todas as regiões. Nos EUA, também serão conhecidos dados de confiança dos consumidores e do setor imobiliário.



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
05/mai	BCB: Ata da última reunião do Copom	-	-	-
05/mai	Fenabreve: Emplacamento de Veículos	Abr/26	-	37,9% a/a
06/mai	Anfavea: Produção de Veículos	Abr/26	-	35,6% a/a
07/mai	IBGE: Produção Industrial (PIM)	Mar/26	-0,1% m/m 3,7% a/a	0,9% m/m -0,7% a/a
07/mai	Secex: Balança Comercial	Abr/26	US\$ 10,9 bi	US\$ 6,4 bi
08/mai	FGV: IGP-DI	Abr/26	2,26% m/m 0,68% a/a	1,14% m/m -1,30% a/a

Fonte: Bloomberg.

INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
04/mai	Zona do Euro	PMI Manufatura	Abr/26 – Final	52,2 pts	51,6 pts
05/mai	China	PMI Serviços (Rating Dog)	Abr/26 - Final	52,0 pts	52,1 pts
05/mai	EUA	Alvarás para novas construções	Mar/26 - Final	-	-4,7% m/m
05/mai	EUA	ISM / PMI Serviços	Abr/26 - Final	53,7 Pts / 51,4 pts	54,0 pts / 49,8 pts
05/mai	EUA	Vendas de casas novas	Mar/26	6,3% m/m	-17,6% m/m
06/mai	Zona do Euro	PMI Serviços	Abr/26 - Final	47,4 pts	50,2 pts
06/mai	Zona do Euro	Inflação do Produtor (PPI)	Mar/26	3,4% m/m 1,8% a/a	-0,7% m/m -3,0% a/a
07/mai	Zona do Euro	Vendas do Varejo	Mar/26	-0,3% m/m	-0,2% m/m
08/mai	EUA	Dados do Mercado de Trabalho Geração de Vagas / Taxas de Desemprego	Abr/26	65 mil / 4,3%	178 mil / 4,3%
08/mai	EUA	Estoque de Atacado	Mar/26	1,4% m/m	0,8% m/m
08/mai	EUA	Confiança do Consumidor (Univ. Michigan)	Mai/26 - Prévia	49,5 Pts	49,8 pts

Fonte: Bloomberg.



ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

Copom volta a reduzir Selic em 0,25 pp, enquanto inflação acelera com efeito da guerra

O Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) reduziu novamente a taxa Selic 0,25 pp, para 14,50% aa, dando sequência ao “ciclo de calibração monetária”. No entanto, o comunicado indicou maior preocupação com os efeitos do conflito no Oriente Médio e trouxe revisões para cima das projeções de inflação em todo o horizonte relevante.

O documento apontou que o ambiente externo permanece incerto, em função da “indefinição quanto à duração, extensão e desdobramentos do conflito no Oriente Médio”. No cenário doméstico, o Copom manteve a leitura de que a atividade econômica segue em trajetória de moderação, embora tenha observado que os indicadores sugerem uma recuperação no 1º trimestre. Já o mercado de trabalho permanece resiliente.

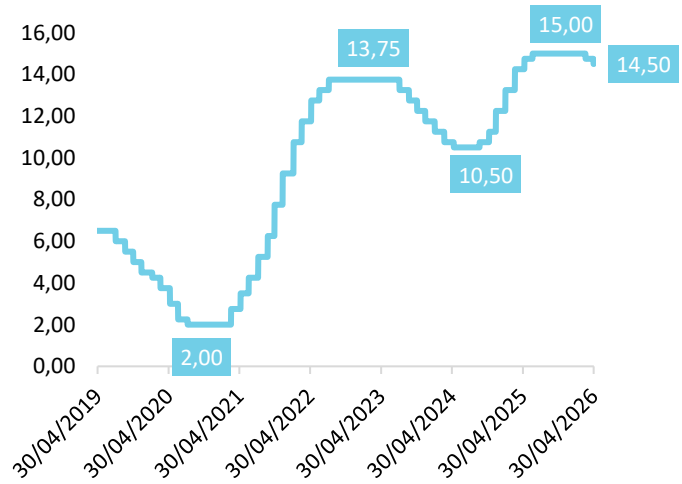
Quanto à inflação, o Comitê reconheceu uma piora em sua dinâmica, ao destacar que esta voltou a acelerar e se distanciar da meta. Adicionalmente, as projeções do Banco Central subiram de forma relevante. Para 2026, a projeção de inflação subiu de 3,9% (em sua última reunião) para 4,6%; enquanto para o horizonte relevante, que se deslocou para o fim de 2027, a projeção ficou em 3,5% (ante 3,3%). Ainda, destacou em seu balanço de riscos sobre a possibilidade de “desancoragem das expectativas de inflação por período mais prolongado, com horizontes mais longo incorporando impactos potenciais de segunda ordem de restrições de oferta de petróleo e seus derivados.”

Ainda assim, o Comitê julgou apropriado dar sequência ao ciclo de calibração da política monetária, à medida que a atividade segue em acomodação, em função do longo período de juros elevados. Além disso, o Copom ponderou que, apesar das projeções de inflação terem apresentado elevação, a incerteza acerca dessas projeções subiu consideravelmente, em função da indefinição sobre a duração do conflito.

Porém, pontuou que é necessário “serenidade e cautela na condução da política monetária, de forma que os passos futuros do processo de calibração da taxa básica de juros possam incorporar novas informações que aumentem a clareza sobre a profundidade e a extensão dos conflitos no Oriente Médio, assim como seus efeitos diretos e indiretos sobre o nível de preços ao longo do tempo.”

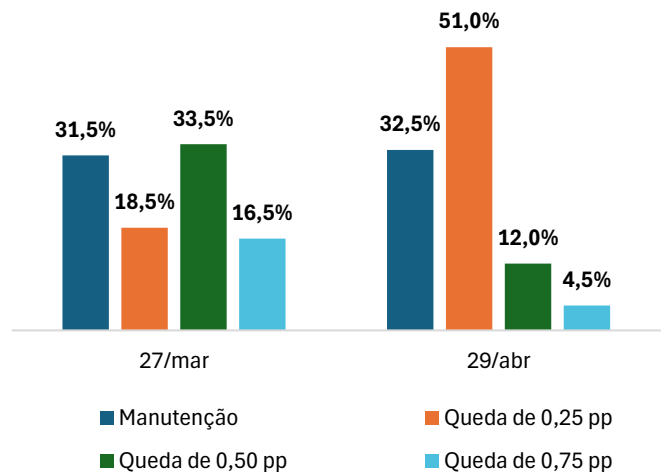
INDICADORES ECONÔMICOS

Quadro 1: Evolução da Taxa Selic - % a.a.



Fonte: BCB

Quadro 2: Expectativa Selic – Reunião de Junho (dias 16 e 17)



Fonte: Opção de Copom / B3

Portanto, como esperado, o Copom voltou a reduzir a Selic, reconhecendo os efeitos dos juros elevados sobre a atividade. Porém, demonstrou maior preocupação com os impactos da guerra sobre a inflação, reforçando a mensagem de cautela. Com isso, a tendência é que os juros sigam caindo de forma gradual (-0,25 pp) nas próximas reuniões, resultando em um ajuste bastante limitado ao longo do ano.

Em relação à inflação, o IPCA-15 subiu 0,89% em abril, abaixo do esperado (0,98%), embora a maior alta dos últimos 14 meses. O resultado refletiu o impacto da guerra, sobretudo nos preços dos combustíveis e alimentos. No acumulado em 12 meses, o índice acelerou de 3,89% para 4,37%, se aproximando novamente do teto da meta (4,5%).

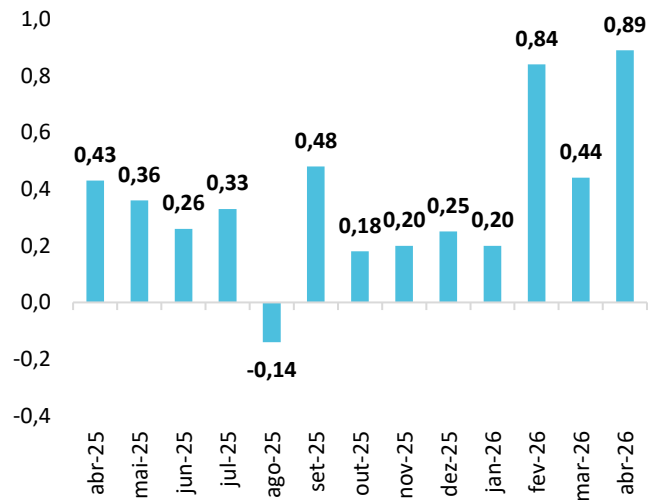
A maior alta do período foi observada no grupo alimentação e bebidas (+1,46%), que apresentou elevação disseminada entre seus componentes, especialmente nos preços dos leites e derivados (+6,31%), cereais (+2,52%) e itens *in natura*, principalmente os tubérculos e legumes (+11,8%). Na sequência, o grupo transportes subiu 1,34%, pressionado pelos combustíveis (+6,06%), com aumentos expressivos da gasolina (+6,23%) e do diesel (+16,0%). Além destes, os preços dos itens de higiene pessoal (+1,32%) e vestuário (+0,76%) também avançaram no período, sinalizando maior pressão inflacionária sobre os itens industriais, muitos dos quais dependem de insumos da cadeia petroquímica.

Nesse contexto, a aceleração do IPCA-15 no acumulado em 12 meses é explicada principalmente pela alimentação no domicílio, cuja variação passou de 0,34% para 0,82%, ainda em baixo patamar; e, pelos itens monitorados (de 4,41% para 6,13%). Na mesma direção, a inflação dos bens industriais também mostrou leve aceleração, de 2,45% para 2,53%. Ainda assim, as métricas mais sensíveis à política monetária ainda não mostraram inflexão, como os serviços (subjacentes), que desacelerou para 5,32% (ante 5,42%), enquanto a média dos núcleos permaneceu estável em 4,33%.

Portanto, o IPCA-15 indicou uma deterioração mais evidente na prévia de abril, liderado pelos itens mais sensíveis aos efeitos do conflito no Oriente Médio. O resultado confirma a perspectiva de uma inflação mais pressionada no ano, com o consenso do mercado convergindo para uma projeção próxima a 5%, ao mesmo tempo em que reforça a postura de cautela do Banco Central.

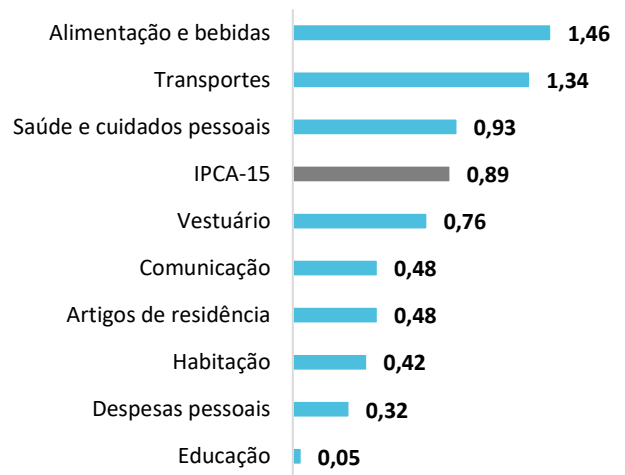
O mercado de trabalho, por sua vez, manteve-se dinâmico em março, com o desemprego seguindo em níveis historicamente baixos, geração robusta de vagas no mercado formal e pressão salarial persistente.

**Quadro 3: IPCA-15
Var. % mensal**



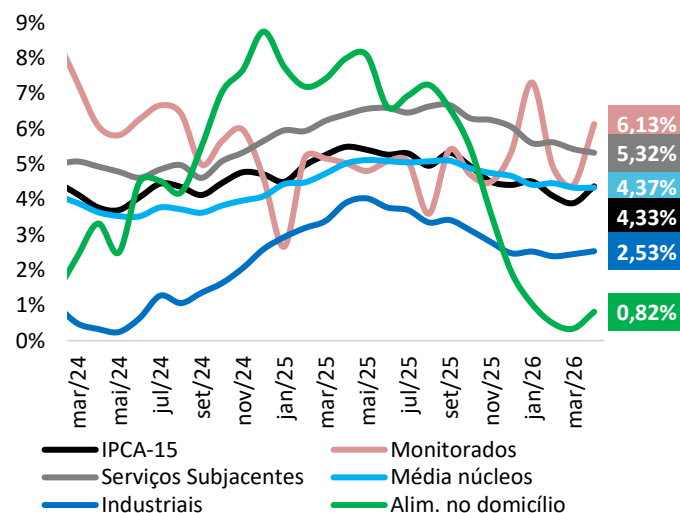
Fonte: IBGE

**Quadro 4: IPCA-15 – Por grupos
Var. % em abril**



Fonte: IBGE

**Quadro 5: IPCA-15 e Aberturas
Var. % Acumulada em 12 meses**



Fonte: IBGE

A taxa de desemprego encerrou o trimestre em 6,1%, ante 7,0% no mesmo período do ano anterior, totalizando 6,6 milhões de desempregados, o menor nível da série histórica para o trimestre. Na série dessazonalizada, a taxa de desemprego ficou estável em 5,5%, sinalizando que, após sucessivos meses de queda, o mercado de trabalho passa por um processo de certa acomodação, mas com a taxa em baixo nível.

Na comparação interanual, os principais vetores de crescimento do emprego foram a Administração Pública (+4,8% frente a mar/25), os serviços (+3,2%) e a agricultura (+2,5%). Em contrapartida, observou-se estagnação no comércio (0%) e retração na indústria (-1,1%), que vem perdendo fôlego desde nov/25, evidenciando que a geração de empregos não tem sido homogênea entre os segmentos.

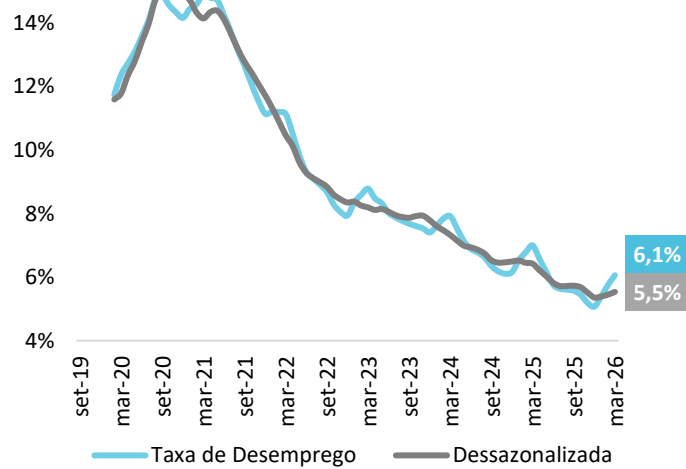
O rendimento médio real do trabalhador atingiu R\$ 3.610 no 1T26, com expansão de 5,5% em relação ao mesmo período de 2025. Já a massa salarial totalizou R\$ 374,8 bilhões, registrando avanço expressivo de 7,1%, influenciada tanto pelo aumento do rendimento médio quanto pela expansão da população ocupada. Adicionalmente, a leitura de março também indicou nova redução da informalidade, com a taxa encerrando o 1T26 em 39,2%, ante 39,7% no 4T25, reforçando a avaliação de um mercado de trabalho dinâmico.

Na mesma direção, a leitura do CAGED referente a mar/26 apontou um mercado de trabalho formal ainda aquecido, com criação líquida de 228,2 mil empregos no mês, bem acima das expectativas (+148,3 mil). Na série dessazonalizada, o saldo foi de 157,7 mil vagas, ante 82 mil em fev/26, indicando forte aceleração das contratações no período. No acumulado do ano, o mercado formal registrou saldo positivo de 598,5 mil vagas, pouco inferior ao registrado no mesmo período do ano anterior (674,5 mil vagas). Ainda assim, esse desempenho revela uma atividade econômica positiva no 1T26, considerando que 2026 parte de um nível de emprego significativamente mais elevado, com 49,1 milhões de trabalhadores formais em mar/26, frente a 47,9 milhões em mar/25, o que funciona como fator limitante à criação líquida de novas vagas.

O relativo dinamismo do setor formal é corroborado pela PNAD, que segue indicando ganhos reais relevantes nos rendimentos do trabalho, com alta anual de 2,4% (ver Quadro 7).

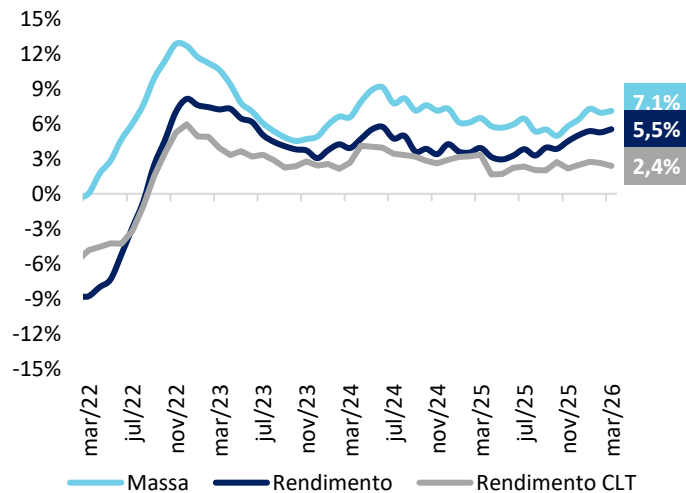
Portanto, o mercado de trabalho segue aquecido, com ganhos de emprego e renda, o que deve ter levado a uma aceleração do consumo no 1T26. Porém, permanece a cautela quanto aos efeitos inflacionários, dado que os ganhos salariais continuam superando o crescimento da produtividade da economia.

Quadro 6: Taxa de Desemprego % da PEA (original e com ajuste sazonal)



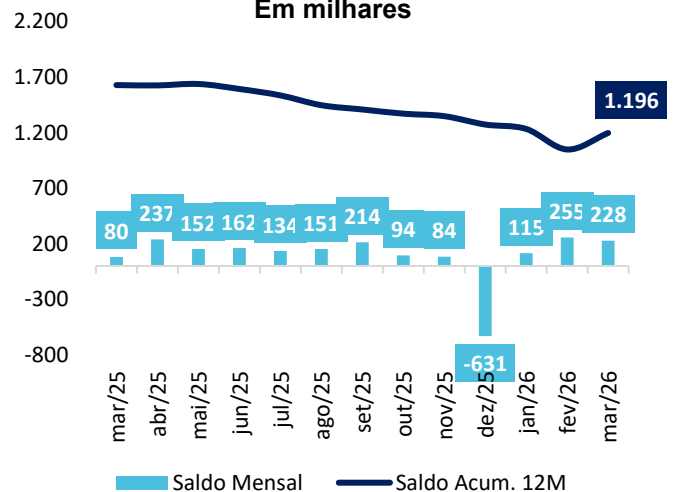
Fonte: IBGE e Febraban

Quadro 7: Massa Salarial e Rendimentos Var. Real % a/a



Fonte: IBGE

Quadro 8: Saldo Líquido de Empregos Formais Em milhares



Fonte: MTE/Caged

No campo fiscal, o governo federal apresentou déficit de R\$ 73,8 bilhões (-0,57% do PIB) em março, ante superávit de R\$ 1,6 bilhão em mar/25. O aumento expressivo do déficit fiscal está relacionado ao pagamento de R\$ 71,4 bilhões em precatórios em mar/26, pagos em 2025 no mês de julho, afetando a comparação.

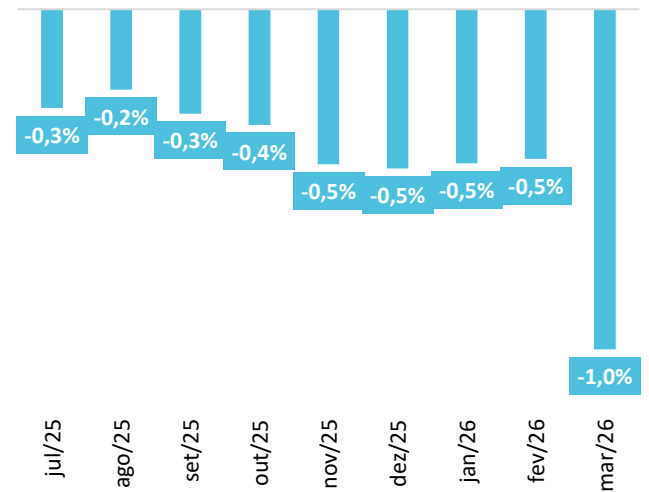
O mês de março seguiu registrando forte expansão real da receita total (+5,1%). A Receita Líquida, que já desconta as transferências obrigatórias, registrou alta real de 7,5%, ainda influenciada pelo expressivo aumento do IOF (+49,7%), pelas receitas tributárias vinculadas à renda, como o Imposto de Renda (+3,6%) e a arrecadação previdenciária (+5,9%), e, mais recentemente, pelo aumento das alíquotas sobre as importações (+32,7%). No acumulado em 12 meses, a Receita Líquida registra crescimento real de 3,2%, indicando que, mesmo em um contexto de desaceleração da atividade econômica, o governo federal tem conseguido ampliar sua capacidade de geração de receitas.

Por outro lado, as despesas permanecem pressionadas, com crescimento real de 3,1% em 12 meses, excluídos os gastos com precatórios. Como esses pagamentos passaram a ocorrer em janelas temporais distintas, a retirada dos precatórios é necessária para uma leitura mais adequada da dinâmica das despesas. Nesse contexto, despesas obrigatórias, como os gastos previdenciários, com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e com pessoal seguem com ritmo elevado de expansão (ver quadro 10). As despesas discricionárias, por sua vez, também apresentam crescimento significativo, embora esse movimento esteja parcialmente associado ao represamento desses gastos e das emendas parlamentares no 1T25, o que distorce a base de comparação.

No âmbito do Setor Público Consolidado, que engloba o governo central, estaduais e governos regionais, o déficit fiscal foi de R\$ 80,7 bilhões (-0,62% do PIB) em mar/26, segundo o Banco Central. Diferentemente dos dois meses anteriores, os governos regionais contribuíram negativamente para o resultado primário, registrando déficit de R\$ 5,4 bilhões. Já as despesas com juros nominais somaram R\$ 118,9 bilhões em mar/26 (ante R\$ 75,2 bilhões em mar/25), pressionadas pelo aumento do custo da dívida. No acumulado em 12 meses, o setor público registra pagamento de juros de R\$ 1,08 trilhão (-8,4% do PIB), frente a R\$ 935,0 bilhões (-7,8% do PIB) em mar/25. Com esses resultados, o déficit nominal alcançou R\$ 1,2 trilhão (-9,4% do PIB) nos últimos 12 meses.

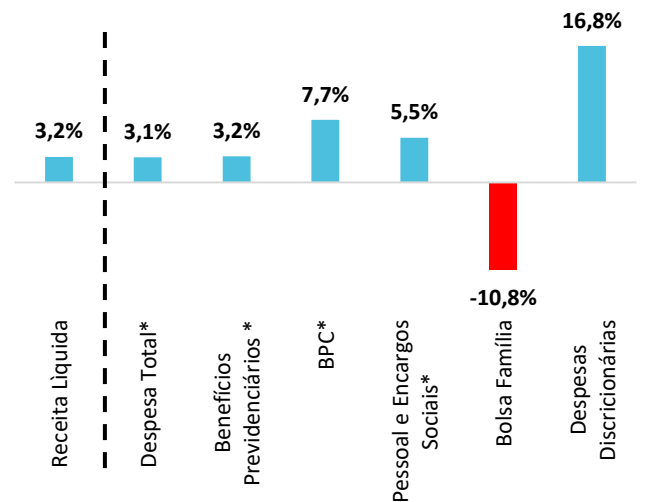
Por fim, a Dívida Bruta do Governo Geral atingiu 80,1% do PIB, seguindo com forte expansão (+0,9 p.p. ante fev/26 e +4,3 p.p. ante mar/25), em um ambiente de elevado custo implícito, de 12,9% no acumulado em 12 meses.

Quadro 9: Resultado Primário do Governo Central % Acum. 12 meses/PIB



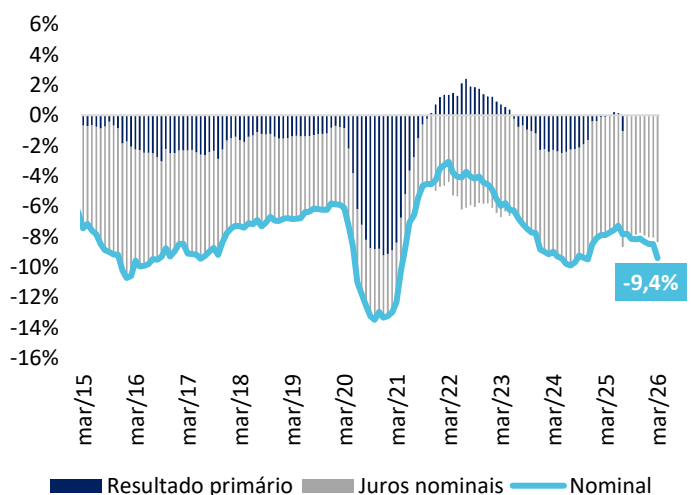
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Quadro 10: Receitas e Despesas (ex-precatórios) do Governo Central – Var. (%) Acum. 12 meses



Fonte: STN e Febraban

Quadro 11: Resultado Primário, com Juros e Nominal do Setor Público - % do PIB (acum. 12 meses)



Fonte: BCB

Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

Sem perspectiva de avanço em negociações, preço do petróleo segue elevado

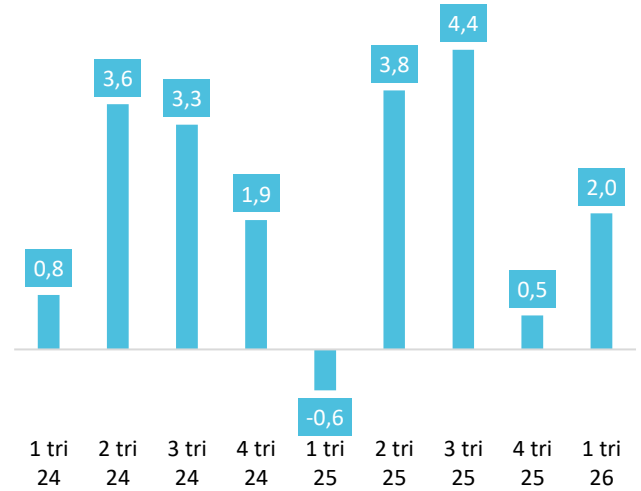
O conflito no Oriente Médio segue pesando sobre os mercados, diante da falta de perspectiva de uma solução de curto prazo. Nesse contexto, o preço do petróleo atingiu o pico de US\$ 120 (barril tipo Brent) na semana, em função das novas ameaças dos EUA contra o Irã. De toda forma, houve algum arrefecimento no fim da semana, com o preço da *commodity* ficando pouco abaixo de US\$ 110. O principal impasse do conflito no momento se dá em torno do programa nuclear iraniano, que os EUA exigem que seja extinto. O Irã informou que nenhum acordo foi feito até o momento. Nesse contexto, a imprensa aponta que o Irã disparou dois mísseis contra um navio militar norte-americano, embora seja negado pelos EUA. De toda forma, o petróleo volta a subir nesta segunda.

Na agenda econômica, como amplamente esperado, o Fed manteve os *Fed Funds* inalterados no intervalo entre 3,50%-3,75%. Contudo, a decisão não foi unânime, com quatro votos dissidentes. De um lado, Stephen Miran votou mais uma vez por um corte de 0,25 pp. De outro lado, três dirigentes apoiaram a decisão de manutenção dos juros, mas divergiram sobre o teor do comunicado, que manteve o viés de flexibilização monetária. Para estes dissidentes, o Fed deveria manter todas as opções em aberto, ou seja, inclusive a possibilidade de voltar a subir os juros, dado o choque dos preços de energia.

Dentre os indicadores, o PIB dos EUA cresceu 2,0% no 1T26, em termos anualizados, acima do trimestre anterior (0,5%), mas abaixo do consenso (2,3%). A aceleração do PIB no trimestre refletiu a alta dos gastos do governo, com o fim do *shutdown* no 4º trimestre. Ao mesmo tempo, os investimentos mostraram crescimento expressivo (10,4%), apoiados pelo setor de tecnologia (IA). Por outro lado, o consumo desacelerou (1,6%; ante 1,9%), enquanto as importações (21,4%) mostraram expressiva alta com a derrubada na Justiça da política tarifária de Trump. Já a inflação (PCE) subiu 0,7% em março, maior alta desde jun/22, impulsionada pelo preço da gasolina (+20,9%). Em 12 meses, o índice acumulou alta de 3,5% (ante 2,8%).

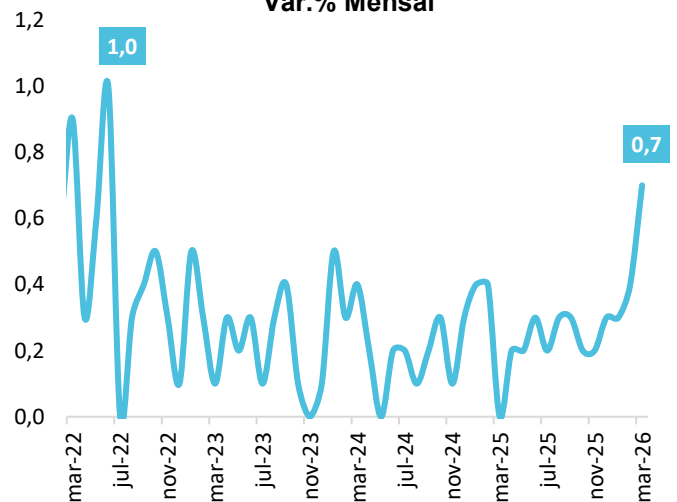
Na Zona do Euro, o BCE manteve a taxa de juros (depósitos) em 2,0% aa, conforme o esperado. O BCE destacou os efeitos negativos do conflito no Oriente sobre os preços e a atividade, mas optou não dar nenhuma indicação futura (*guidance*), reiterando que as decisões serão tomadas com as informações disponíveis a cada reunião. Em relação à atividade, o PIB da região cresceu apenas 0,1% no 1T26, abaixo do esperado e do observado no 4T25 (+0,2%), refletindo a interrupção dos fluxos de petróleo e derivados para a região.

Quadro 12: EUA – PIB
Variação Trimestral Anualizada



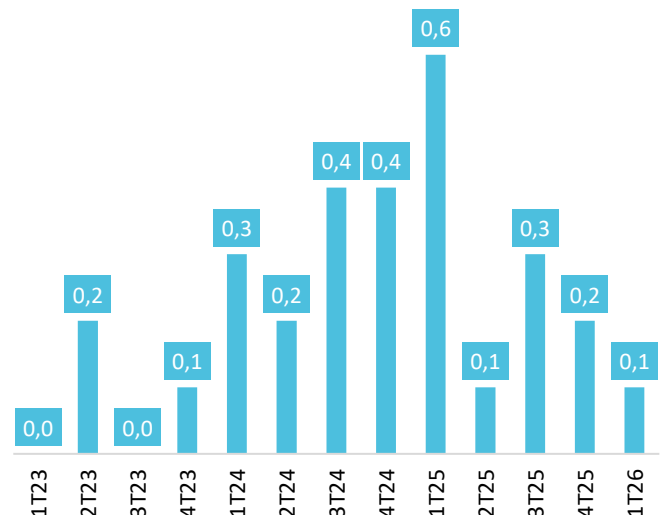
Fonte: Bloomberg.

Quadro 13: EUA – Índice de Preços PCE
Var.% Mensal



Fonte: Bloomberg.

Quadro 14: Zona do Euro – PIB
Variação Trimestral



Fonte: Bloomberg.

Nota de Operações de Crédito

CRÉDITO / BANCOS

Crescimento do crédito segue elevado, enquanto inadimplência mostra ligeira queda no mês

O saldo da carteira total de crédito avançou 0,9% em março, em linha com a estimativa da Pesquisa Especial de Crédito da Febraban (+0,8%). Com isso, o ritmo de crescimento anual permaneceu praticamente estável, passando de 9,6% para 9,7%, ainda em patamar elevado e próximo à faixa de dois dígitos. Em proporção ao PIB, o crédito bancário subiu de 55,6% para 55,8%.

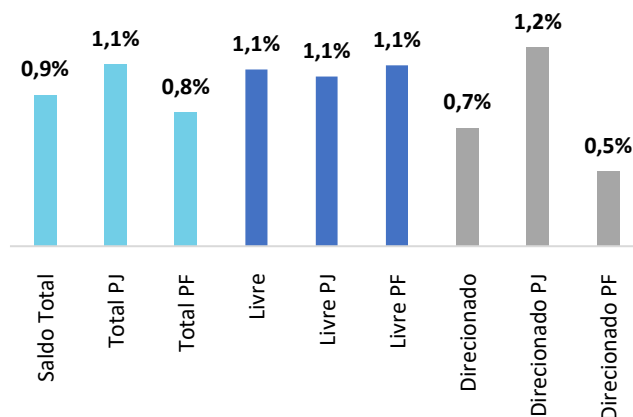
O avanço do crédito no mês foi mais intenso na carteira destinada às empresas (+1,1%), com alta similar entre as modalidades com recursos direcionados (+1,2%) e livres (+1,1%). Na carteira direcionada, o saldo dos programas governamentais (Outros direcionados) (+0,6%) e das linhas com recursos do BNDES (+1,0%) seguem avançando. Já o crescimento mensal da carteira livre tem forte componente sazonal, como observado nas linhas de desconto de recebíveis (+8,5%) e gastos no cartão (+14,4%). Por outro lado, o capital de giro (+0,2%) e para aquisição de veículos/bens (-1,1%) permanecem fracos. Em 12 meses, a carteira PJ registra alta de 7,6% (ante 7,2%), com forte discrepância entre a carteira Direcionada, cujo ritmo de expansão atingiu 18,5% (ante 17,8%), impulsionada pelos programas governamentais, enquanto carteira Livre PJ cresce apenas 1,2% (ante +0,9%), refletindo o deslocamento da demanda de crédito das empresas para o segmento direcionado e o mercado de capitais.

A carteira destinada às famílias cresceu 0,8% no mês, puxada pela carteira livre (+1,1%), com forte alta do saldo do cartão à vista (+2,2%), em função do maior número de dias úteis ante fevereiro. O consignado privado (+10,1%), por sua vez, segue com avanço expressivo, atingindo alta anual de 142,4%.

Já as linhas de alto custo/risco mostraram desempenho misto em março: cartão parcelado com juros (+1,8%) e cheque especial (+1,8%) subiram, enquanto o cartão rotativo caiu (-1,6%). A carteira direcionada mostrou avanço mais tímido, com alta de 0,5%, puxada pelo crédito habitacional (+1,0%), que segue resiliente. Em contrapartida, a carteira rural ficou estável, refletindo a sazonalidade do período (proximidade do fim da safra) e o ainda baixo apetite pela modalidade, devido à elevada inadimplência. Em 12 meses, o crescimento da carteira PF segue em alto patamar, em 10,9% (ante +11,2%), com a carteira livre mantendo forte ritmo de expansão (+12,3%; ante +12,5%), enquanto a direcionada segue com alta mais moderada e em desaceleração (+9,2%; ante +9,6%).

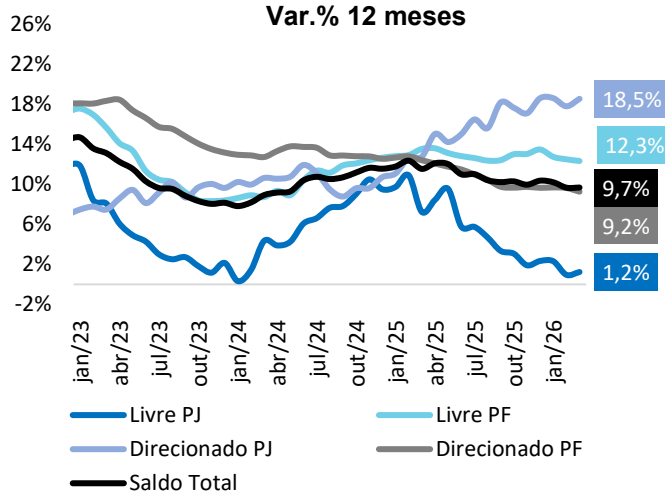
O volume total de concessões recuou 1,5% em março, na série com ajuste sazonal. O resultado refletiu a queda do crédito concedido às empresas (-2,1%), compensado por leve alta as famílias (+0,2%). Como destaque, as concessões do consignado privado ultrapassaram pela primeira vez a marca de R\$ 10 bi em um único mês (R\$ 10,8 bi; ante R\$ 7,1 bi em fevereiro e média de R\$ 1,5 bi/mês antes do novo programa). No acumulado dos últimos 12 meses, o ritmo de expansão nominal das concessões totais acelerou de 8,4% para 9,4%, mostrando certa resiliência (e em alto nível), assim como também observado no caso do desempenho do saldo.

Quadro 15: Saldo – Var.% mensal – Mar/26



Fonte: Bacen

Quadro 16: Saldo Total e Aberturas Var.% 12 meses



Fonte: Bacen

A taxa média de juros subiu 0,2 pp no mês, para 33,1% a.a., atingindo o máximo da série (desde mar/11). Além da elevada taxa Selic, outros fatores também explicam esse movimento, como o crescimento mais intenso do crédito para PF, que possui taxa média mais elevada que a PJ; a piora do mix da carteira PF (maior proporção das linhas de alto custo); e, o aumento da inadimplência.

O avanço do juro médio no mês foi puxado pelas operações com as empresas (+0,3 pp, para 21,3%), enquanto as taxas com recursos livres para as famílias recuaram (-0,3 pp, para 61,5%), devido à moderação do custo das linhas de maior risco: cartão rotativo (-7,6 pp, para 428,3% aa), parcelado com juros (-4,4 pp, para 192,1%) e cheque especial (-8,4 pp, para 137% aa).

O spread médio, por sua vez, ficou em 21,8 pp (-0,3 pp), indicando que a elevação das taxas refletiu o aumento do custo de captação no mês. Assim, o spread médio segue abaixo do pico da série (23,6 pp em fev/17).

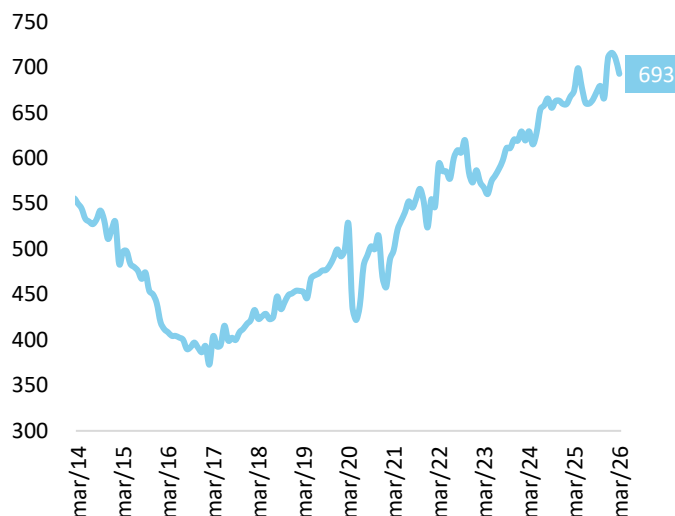
A inadimplência da carteira total (acima de 90 dias) caiu 0,1 pp em março, para 4,3%. Vale lembrar que, segundo divulgação recente do Banco Central, 51% da alta acumulada do indicador em 2025 (+1,0 pp) decorre das alterações regulatórias introduzidas pela Resolução CMN nº 4.966/2021.

A queda observada em março refletiu o recuo da inadimplência entre as famílias (-0,2 pp, para 5,3%), com melhora em linhas como o crédito pessoal não consignado (-0,4 pp) e o cartão parcelado com juros (-0,3 pp), embora no cartão rotativo tenha voltado a subir (+0,3 pp). Outro ponto positivo foi a redução da inadimplência na carteira direcionada PF, de 3,2% para 3,1%, com destaque para o rural (de 7,6% para 7,1%), cujo indicador pode estar se aproximando do pico após intenso crescimento nos últimos anos.

Em PJ, a inadimplência permaneceu estável em 2,8%, mas com nova deterioração entre as MPMEs (de 5,9% para 6,0%), que segue apresentando tendência de piora.

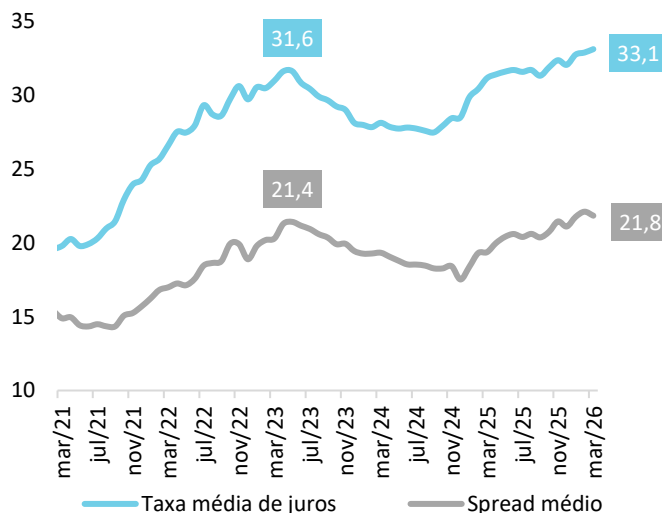
Portanto, o crescimento do saldo total de crédito segue elevado, ainda que com diferenças relevantes entre os ritmos de expansão dos segmentos. Nesse contexto, o crédito mantém relativa resiliência, mesmo diante do elevado nível da taxa Selic. As taxas de juros voltaram a subir, mas os spreads recuaram, assim como a inadimplência, que apresentou leve melhora no mês entre as famílias. Em conjunto, o cenário segue desafiador, com o ritmo de crescimento da carteira em tendência de arrefecimento, embora ainda sem sinais de uma desaceleração mais intensa. Para consultar um panorama mais detalhado das estatísticas de crédito, [clique aqui](#).

Quadro 17: Concessão Total de Crédito com ajuste sazonal – Em R\$ bi (IPCA de fev/26)



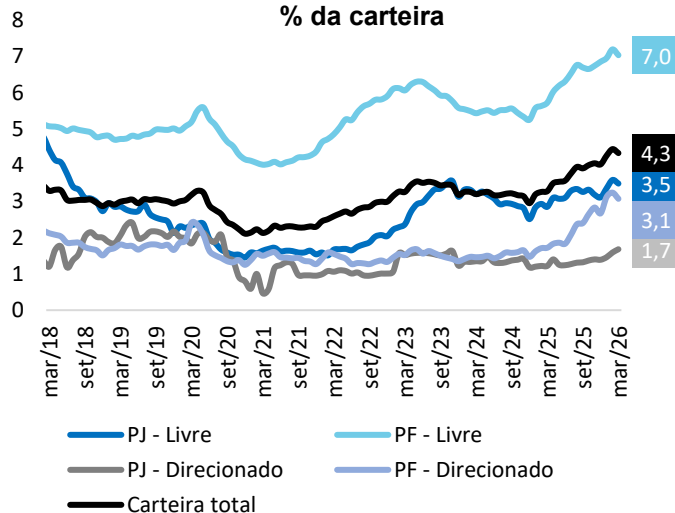
Fonte: Bacen

Quadro 18: Taxa de Juros (% aa) e Spread Médio do SFN (pp)



Fonte: Bacen

Quadro 19: Taxa de inadimplência (> 90 dias) % da carteira



Fonte: Bacen

Resultado Corporativo 3º Tri/25 Santander

CRÉDITO / BANCOS

O Santander registrou lucro líquido gerencial de R\$ 3,9 bilhões no 1º trimestre de 2026, equivalente a uma queda de 7,3% ante o trimestre anterior e de 1,9% ante o primeiro trimestre de 2025. O resultado veio pouco abaixo do esperado pelo mercado (R\$ 4,0 bi) e resultou em uma rentabilidade anualizada (ROE) do banco de 16,0% (-1,6 pp no trimestre e -1,5 pp em 12 meses).

A queda do lucro ante o 4T25 refletiu, principalmente, o avanço dos gastos com PDD (+3,9%) e o aumento do pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social (R\$ 667 mi; ante R\$ 110 mi). Na comparação ante o 1T25, a PDD caiu 0,7%. Segundo o Santander, o avanço da PDD no trimestre decorre do cenário econômico desafiador (juros elevados e elevado endividamento das famílias/empresas); enquanto a queda na comparação anual reflete a gestão ativa do risco e os efeitos de mix de portfólio.

A margem financeira bruta cresceu 3,1% no trimestre, com queda da margem com clientes (-1,4%), mas atenuada pela redução da perda da margem com o mercado (-R\$ 771 mi; ante -R\$ 1,5 bi). Na comparação anual, a margem bruta recuou 0,7%. As receitas com serviços, por sua vez, recuaram 5,5% no trimestre em função da sazonalidade, que pesa sobre as receitas com cartão (-7,2%). No ano, as comissões cresceram 5,8%, impulsionadas pelas receitas com cartão e seguros.

As despesas operacionais ficaram praticamente estáveis no trimestre, com controle das administrativas (-0,2%) e com pessoal (+0,2%). No ano, as despesas avançaram apenas 0,9%, bem abaixo da inflação, em função da racionalização da estrutura física e da força de trabalho da instituição. Com isso, o índice de eficiência melhorou e caiu 1,1 p.p. no trimestre, para 37,7%.

A carteira de crédito ampliada do Santander atingiu R\$ 705,6 bi, alta de 3,4% em 12 meses. A carteira de pessoas físicas registrou expansão de 2,1% no período, puxada pelo segmento de financiamento ao consumo (+14,1%), composto basicamente por operações de financiamento de veículos. A carteira de cartões (+9,1%) e imobiliário (+10,6%) também cresceram. Por outro lado, houve redução da carteira de consignado (-15,5%), rural (-12,6%) e crédito pessoal (-3,5%), mostrando menor apetite da IF em alguns segmentos. A carteira PJ, por sua vez, registrou taxa de expansão de 4,7%, impulsionada pelas operações com títulos privados (+13,1%).

A inadimplência (acima de 90 dias) subiu 0,2 pp no trimestre, atingindo 3,3% da carteira total, com alta tanto na carteira PF (+0,3 pp, para 4,9%), como PJ (+0,2 pp; 1,8%). Segundo a instituição, esse aumento ocorreu principalmente nos clientes de baixa renda (entre as famílias) e as empresas de menor porte, mais afetadas pelo atual cenário econômico. Já o índice de atrasos (de 15 a 90 dias) subiu 0,1 pp no trimestre, para 3,4%, pressionado pela carteira PF (+0,2 pp, para 5,2%).

Quadro 20: Resultado 1T26 – Santander

Banco Santander - R\$ Mi	1T25	4T25	1T26	Var. %	
				Tri	Anual
ITENS PATRIMONIAIS					
Ativo Total	1.234.641	1.255.624	1.286.795	2,5%	4,2%
TVM	319.497	346.434	335.955	-3,0%	5,2%
Depósitos	492.541	491.090	489.868	-0,2%	-0,5%
Patrimônio Líquido	90.544	95.650	97.523	2,0%	7,7%
DRE¹					
Margem Financeira Bruta	15.922	15.332	15.812	3,1%	-0,7%
Resultado de PDD	-6.390	-6.105	-6.344	3,9%	-0,7%
Receitas com serviços e tarifas	5.137	5.754	5.435	-5,5%	5,8%
Despesas de pessoal	-3.189	-3.044	-3.050	0,2%	-4,4%
Despesas administrativas	-3.384	-3.589	-3.583	-0,2%	5,9%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-2.126	-2.609	-2.300	-11,8%	8,2%
IR/CSLL	-823	-110	-677	516,2%	-17,7%
Lucro/Prejuízo do período ²	3.861	4.086	3.788	-7,3%	-1,9%
RENTABILIDADE E PRODUTIVIDADE¹					
ROAE	17,4%	17,6%	16,0%	-1,6 pp	-1,5 pp
ROAA	1,2%	1,3%	1,2%	-0,1 pp	0,0 pp
Índice de eficiência	37,2%	38,8%	37,7%	-1,1 pp	0,5 pp
CRÉDITO					
Carteira de crédito	682.293	708.201	705.582	-0,4%	3,4%
PF	268.151	268.883	265.261	-1,3%	-1,1%
PJ	330.595	345.512	344.880	-0,2%	4,3%
PMEs	85.278	94.001	93.704	-0,3%	9,9%
Grandes empresas	245.317	251.512	251.176	-0,1%	2,4%
Financiamento ao consumo	83.547	93.805	95.442	1,7%	14,2%
Carteira de crédito ampliada ³	682.293	708.201	705.582	-0,4%	3,4%
Estoque de PDD p/ operações de crédito	42.711	43.870	44.584	1,6%	4,4%
Despesa PDD/Carteira de crédito amp.	0,9%	0,9%	0,9%	0,0 pp	0,0 pp
Saldo de PDD/Carteira de crédito amp.	6,3%	6,2%	6,3%	0,1 pp	0,1 pp
Taxa de inadimplência (> 90 dias)	2,8%	3,1%	3,3%	0,2 pp	0,6 pp
Índice de Cobertura (Estágio 3)	74,1%	66,4%	67,6%	1,1 pp	-6,5 pp
Índice de Basileia	14,3%	15,4%	15,2%	-0,2 pp	0,8 pp

Fonte: Santander RI. Elaboração: FEBRABAN. ¹Anualizado ²Lucro Líquido Ajustado Gerencial ³Inclui outras operações com risco de crédito: debêntures, FDIC, CRI, notas promissórias e avais e fianças.



MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2026				2027			
	30/04/26	24/04/26	03/04/26	Viés	30/04/26	24/04/26	03/04/26	Viés
IPCA (%)	4,89	4,86	4,36	▲	4,00	4,00	3,85	↔
PIB (% de crescimento)	1,85	1,85	1,85	↔	1,75	1,80	1,80	▼
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	13,00	13,00	12,50	↔	11,00	11,00	10,50	▼
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,25	5,25	5,40	↔	5,30	5,35	5,45	↔

Fonte: Banco Central do Brasil.

Indicadores do Mercado	30/04/26	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
NACIONAL					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	4,96	-0,52%	-4,35%	-9,49%	-12,66%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	119,90	-7,79%	-14,21%	-13,43%	-33,47%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	14,40	-0,40%	-1,63%	-3,32%	-0,44%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	14,03	0,47%	0,35%	1,59%	-3,02%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	13,67	1,03%	-1,24%	1,46%	-0,30%
Índice Ibovespa (em pontos)	187.317,64	-1,80%	-0,08%	16,26%	38,69%
IFNC (setor financeiro)	19.328,45	-2,95%	0,08%	11,75%	27,66%
INTERNACIONAL					
Fed Funds (% a.a.)	3,75	0,00%	0,00%	0,00%	-16,67%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	3,88	2,63%	2,23%	12,44%	4,83%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	4,37	1,61%	1,23%	6,01%	3,61%
Dollar Index	98,16	-0,38%	-1,81%	-0,08%	-2,09%
Índice S&P 500 (em pontos)	7.230,12	0,91%	10,75%	4,84%	29,01%
Índice de Ações - Maiores Bancos EUA	169,00	1,04%	9,52%	2,08%	42,28%
Índice de Ações - Bancos Regionais EUA	135,07	1,25%	6,86%	7,83%	24,03%
Índice Euro Stoxx 50	5.881,51	-0,03%	5,60%	1,47%	13,98%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	259,94	1,51%	8,81%	-1,46%	40,63%
Barril de Petróleo - tipo Brent (US\$)	108,17	2,70%	-8,60%	74,69%	74,10%

Fonte: Bloomberg.

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
 Jayme Alves
 Luiz Fernando Castelli
 João Vítor Siqueira
 Marcos Duarte
 Jéssica Silva Martins